

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

Antes do deputado Dr. Vicente Caropreso assomar à tribuna, passo a Presidência ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Boa-tarde, sr. presidente e srs. deputados!

(Passa a ler.)

"Na qualidade de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, venho informar que daremos continuidade nesta semana aos Seminários Regionalizados sobre gestão dos Fundos para Infância e Adolescência - os FIA.

Os FIA são fundos instituídos nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal - e geridos pelos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente formados por representantes da sociedade civil e do poder público. A sua existência e manutenção são diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente conforme a Lei n. 8.069/90.

Esses seminários, já iniciados na gestão anterior, tem o objetivo de disponibilizar informações importantes para a arrecadação e gestão dos FIA, contando com a participação de profissionais das áreas fiscal, educação, segurança e assistência social entre outros.

No ano passado foram realizados quatro seminários, com muito sucesso, em Canoinhas, Criciúma, Brusque e Joinville, durante os meses de maio a junho.

Temos outros quatro seminários programados para este ano e eles deverão acontecer nos próximos trinta dias: o primeiro, que eu convido a todos, será na quinta-feira de manhã, dia 11, em Chapecó; o segundo, no dia 25 de junho, em Joaçaba; o terceiro e o quarto, nos dias 2 e 8 de julho, em Lages e Florianópolis, respectivamente.

É sempre bom lembrar a grande importância que tem os Fundos para a Infância e a Adolescência na solução dos problemas sociais que envolvem as vítimas inocentes da sociedade; os FIA têm sido ferramentas fundamentais nos municípios para apoiar os programas de acolhimento e proteção a crianças e adolescentes em situação de risco social.

Estes fundos, para existirem, precisam ser financiados. E essa é a nossa missão: encontrar financiadores, empresas e pessoas que doem parte de seu imposto de renda, conforme previsto em lei, e que se transformem em empresas apoiadoras do fundo."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado Dr. Vicente Caropreso, quero parabenizá-lo pela condução desta comissão da qual também faço parte, a de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

Permita-me cumprimentar aqui o vereador Lucas de Souza Esmeraldino, de Tubarão, que é de seu partido e que tem levantado esse debate. Também, quero aproveitar e anunciar a visita da minha filha, a Deise, que tem 17 anos.

Eu acho que seria interessante, além dessa proposta da comissão de fortalecer os FIA, há uma temática que hoje está em todas as manchetes dos jornais, que é a questão da maioridade penal, nós, enquanto comissão, já tomamos uma posição. V.Exa. expôs a sua posição, está sintonizada com a nossa também e é importante que o povo catarinense saiba da nossa perspectiva, entendemos de que o Estatuto da Criança e do Adolescente possa e deve ser melhorado, mas não aprovamos a perspectiva de se colocar jovens ou adolescentes infratores de 16 ou 17 anos no mesmo ambiente com aqueles que já atingiram a maioridade penal e que vão estar ali fazendo um curso de pós-graduação em criminalidade.

Então, é bom que a sociedade catarinense entenda a posição desta comissão que, de fato, é preciso ampliar quem sabe a pena para os adolescentes, em especial, em crimes hediondos, mas não no mesmo espaço daqueles que cometem crimes já com idade para responder pelos seus crimes e seus atos.

Assim, acho que essa perspectiva é necessária e que este Parlamento e, em especial, a nossa comissão torne sempre clara ao povo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado pelo aparte, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabéns, pelo assunto que traz a esta Casa. Este é um grande

debate que precisamos fazer, justamente para discutir a condição dos nossos jovens e adolescentes no estado e no Brasil.

O tema da dignidade, da educação para as nossas crianças em todos os níveis é extremamente importante e, na perspectiva das nossas comissões de trabalho, temos que debater e enfrentar este tema sobre o qual, infelizmente, a grande mídia faz sensacionalismo no Brasil. Há falta de estrutura para separar os adultos dos adolescentes que estão em conflito com a lei, que cometem algum crime. Inclusive a nossa comissão de Direitos Humanos quer realizar este debate e podemos somar forças de fazer uma grande discussão em Santa Catarina. Precisamos dialogar com a sociedade sobre este tema, porque há, na minha avaliação, uma indução a mais a um crime, que é o da redução da maioridade penal, mas da forma como está sendo pensada, hoje, pelo presidente Eduardo Cunha, do Congresso Nacional, sem discutir a fundo as causas da violência.

Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Agradeço o aparte de v.exas. deputados Dirceu Dresch e Ismael dos Santos.

Sou plenamente solidário e o pensamento de v.exas. é igual ao meu a respeito de uma barbaridade que eventualmente possa ser criada em termos de legislação, colocando jovens no mesmo grau de grandes criminosos em celas comuns.

Estamos vendo nesses últimos dias, depois de insistentes pedidos nossos, da nossa comissão e da atuação de vários srs. deputados, o esforço do estado, através da deputada Ada Faraco De Luca, para a contratação de mais pessoas, de equipar vários locais para o acolhimento do sistema para os menores infratores no estado. Há uma grande dificuldade nisso e passamos aos deputados da nossa comissão a nossa realidade.

Acredito que esse grande esforço que está sendo feito venha diretamente convergir com nosso pensamento, para que possamos tratar de maneira mais digna e oferecer melhores condições de trabalho, inclusive aos que prestam esse tipo de

serviço, muitas vezes fatigante e, por que não dizer, arriscado.

Gostaria muito de ter a participação dos srs. deputados. Temos quatro lugares como opção: Lages, Florianópolis, Joaçaba e agora em Chapecó, inclusive para tornar a comissão bastante dinâmica e participativa faremos uma conversa com pessoas da sociedade, não apenas da política, mas justamente com empresários, pois é de onde podemos obter esses recursos para que eles em cada uma das suas cidades possam sensibilizar seus pares e assim possamos fazer não apenas o seminário, que já é importante em si para preparação das pessoas, de todo o arsenal, seja da parte legal, seja da parte do pessoal da assistência social, dos conselhos, mas, acima de tudo, para os empresários, porque é dali e das pessoas físicas que podemos enriquecer esse fundo e fazer com que possam ser utilizados de uma maneira racional, visando prevenir os danos que eventualmente uma família ou outra possa ter, e sabemos que existem pessoas em situação de risco não apenas em Florianópolis ou São Paulo, mas em todas as cidades.

Esta é a função da comissão, da Alesc e de cada um de nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera; srs. deputados e sras. deputadas. Nesta semana o Supremo Tribunal Federal, deve votar duas questões de alta repercussão que envolve interesses, questões que são também, evidentemente, polêmicas. Uma diz respeito à liberdade de publicação de biografias não autorizadas, principalmente a biografia não autorizada do conhecido cantor Roberto Carlos, que tentou impedir a publicação dessa biografia.

A segunda questão diz respeito à criminalização, ou não, do uso de drogas, se o usuário é um criminoso, ou não é um criminoso. Ao que parece as duas votações tendem a avançar para dizer primeiro que o usuário não é um criminoso e que a publicação de biografias obedece mais ao princípio da liberdade do que o da intimidade.

Entre os direitos fundamentais e a nossa Constituição da República, tem lá no seu art. V, VI, VII e seguintes, títulos segundo a Constituição dos Direitos Fundamentais, nós temos um rol bastante grande. A maioria das Constituições do mundo se caracterizou em determinado instante por positivizar os direitos fundamentais. Qual é o principal direito fundamental? Você pode argumentar e é comum que se diga a educação e a saúde são direitos fundamentais, absolutamente importantes no desenvolvimento de um povo. Eu mesmo tenho discursado, muitas vezes dizendo que um país para poder avançar, se desenvolver, precisa investir nesses direitos fundamentais que são a saúde e a educação. Mas eu nunca vi, e você não vê revolução, guerra, conflito na defesa da educação e na defesa da saúde. Eu não vi nenhuma guerra, um confronto armado, uma revolução que o povo fizesse defendendo a saúde e a educação.

Agora há um direito que está positivado na Constituição, que é um direito que motivou e provocou muitas guerras e muitos movimentos revolucionários no mundo, que é a liberdade. A liberdade, quando nós temos que listar em ordem de importância nos direitos fundamentais parece que é, sem dúvida nenhuma, o primeiro direito. Ele, pelo direito da liberdade, o homem mata, o homem sacrifica família, o homem sacrifica os filhos, você vai à luta, você faz tudo pela liberdade. Porque a liberdade de ser, de pensamento, a liberdade física é uma coisa extraordinária em termos de importância como direito fundamental.

Nesses dois pontos que o Supremo discute, nós estamos discutindo a questão do direito da liberdade. No primeiro do Supremo, que o Supremo trata, dá a liberdade para publicar biografias não

autorizadas. Há um conflito de direitos, o direito da liberdade, por um lado, de quem quer publicar e o direito da intimidade do outro que não quer ter a sua vida revelada por uma publicação, ele quer apenas uma biografia oficial, onde ele autoriza.

São princípios, esses direitos fundamentais, hoje, são direitos princípios-lógicos e não são de tudo ou nada. Quer dizer um não anula o outro. Não é igual uma lei. Quando tem uma lei, de repente uma lei hierarquicamente maior, a lei menor é inconstitucional, porque é incompatível com a lei maior.

Quando eu falo de princípios há não incompatibilidade, mas eu tenho que julgar em função da proporcionalidade. Neste contexto aonde a liberdade e a intimidade conflitam, entendo que para uma pessoa pública tem que prevalecer neste contexto o direito da liberdade, a liberdade de publicação. Ora, na medida em que somos sujeitos públicos, nós sacrificamos a nossa intimidade em prol da liberdade dos outros. Às vezes a liberdade de informação.

Neste caso a liberdade de informação, quer dizer, prevalece em relação à intimidade o direito à liberdade de informação.

Então, acho que se encaminhar o Supremo na direção de dizer que a publicação de biografias não autorizadas obedece ao princípio da liberdade, caminha bem. Este é um assunto menos polêmico. O mais polêmico, evidentemente, diz respeito a usuários de drogas serem ou não ser um criminoso.

Vejamos, nós não estamos tratando aqui do fato de ser a favor das drogas ou contra as drogas; a favor da liberdade do uso da maconha ou não uso da maconha, essa é outra questão. Estamos falando aqui se o usuário de maconha ou o usuário de uma droga qualquer, é um criminoso ou ele não é criminoso.

Parece-me, pelo que eu entendo, de que o Supremo vai encaminhar no sentido de dizer que o usuário não é um criminoso. E parece-me que tem razão, porque o usuário de uma droga qualquer pode ser dependente, pode ser doente, pode ter uma série de outros adjetivos, mas ao dizer que ele é

um criminoso, estou dizendo que ele vai ter, de repente, a sua liberdade restrita. Em função do quê? Em função de uma coisa que pode ser uma doença, é diferente do traficante; é diferente do sujeito que vende droga; é diferente do sujeito que trafica drogas ou o usuário de *crack*, quando vemos a imagem.

Aquele usuário de *crack* que, às vezes, está matando pessoas, ele é um doente, evidentemente que ele é um doente. Ele está ali fora de qualquer contexto da realidade. O *crack*, às vezes, dá dependência desde a primeira dose, e temos que tratar essas pessoas com outros métodos, como o tratamento. Precisamos procurar alternativas para tratar as pessoas. Nós não podemos tapar o sol com a peneira, como se fez em determinado instante, como se tentou fazer ou está-se tentando fazer em muitos países do mundo.

Agora, o próprio Estados Unidos estão invertendo essa questão, porque não há como solucionar o problema apenas trancafiando a pessoa na masmorra. Parece ser a maneira mais simples! Vamos trancafiar todos aqueles que usam drogas. Evidentemente que vai faltar cadeia, não é? E vai faltar muita cadeia, porque o uso de drogas, quando se faz uma pesquisa, o que mostra as pesquisas? Mostram que, às vezes, nas universidades há o consumo de drogas em 50%.

Então, nós temos que ter outra abordagem. Não estamos tratando aqui da defesa do uso, aí são outros problemas. O que temos que tratar é o usuário como um doente, o usuário como um dependente, o usuário com vários outros adjetivos, mas não como uma figura que é um tipo do Direito Penal, um criminoso, aquele que cometeu um fato típico, antijurídico, cometeu um crime, porque isso não é solução para o problema.

Vamos aguardar o que vai dizer o Supremo Tribunal Federal em relação aos dois assuntos. Aguardo com expectativa, mas entendo que se adotarmos uma medida igual a que foi adotada em Portugal, que é o que se encaminha o Supremo Tribunal Federal para dizer que o usuário de drogas, não tem a ver com liberdade do uso, a

droga pode continuar proibida, isso é outra questão, o traficante é criminoso, é outra questão. Agora, o usuário, mesmo que a droga seja proibida, ele não é um criminoso. Se não temos que identificar quem usa, meu eminente líder deputado Antônio Aguiar, que esses dias fez um discurso aqui falando dos problemas do álcool e teve uma posição firme contra o uso do álcool, eu confesso, por exemplo, que gosto de tomar vinho de vez em quando, de repente, quem usa vinho também tem que ser enquadrado como criminoso, pois evidentemente o álcool é uma droga às vezes tão perigosa como outras drogas para a sociedade.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ouço rapidamente o deputado Dr. Vicente Caropreso.

O Sr. Deputado Vicente Caropreso - Deputado Fernando Coruja, sras. deputadas, srs. deputados. Nós temos visto, em alguns locais, alguns centros de atendimento sócioeducativos que visitamos, algumas barbaridades, como crianças, ou seja, jovens ali trancafiados, com o cérebro visivelmente danificado, e isso é definitivo.

E, nós sabemos que quanto mais jovem é este cérebro, quanto mais imaturo, mais danosos e definitivos serão os prejuízos através da ingestão de droga, principalmente as drogas pesadas, como é o caso do *crack*.

Então, realmente, o tráfico tem que ser colocado definitivamente como crime hediondo. Eu acho que a vida dos traficantes é muito *light*, pois pegam o cara em flagrante e liberam em seguida, considerando que era só um quilo de maconha ou dois quilos.

Acho que a desagregação que provoca um traficante é incomensurável quanto ao custo social. Agora, realmente, o viciado é uma vítima disso tudo.

Parabéns pela sua abordagem, pela preocupação, e o Brasil tem que evoluir nesse sentido.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO CORUJA - Muito obrigado, deputado Dr. Vicente Caropreso.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saudamos o sr. presidente, os srs. deputados e as sras. deputadas, cumprimento também a todos que nos acompanham.

Quero registrar a presença do nosso grande prefeito de Matos Costa, que hoje nos visita, o sr. Raul Ribas Neto, e o seu filho Raul também, que se formou e mora em Blumenau. Então, agradecemos as suas visitas no dia de hoje e aos demais visitantes.

Eu vou voltar a este tema amanhã, mas quero registrar hoje este grande investimento anunciado pela nossa presidente Dilma, em infraestrutura, no nosso país. Quase R\$ 700 bilhões vão ser investidos nos próximos anos em infraestrutura e boa parte disso também aqui em Santa Catarina.

Pontos polêmicos, com certeza, deputado Antônio Aguiar, porque estaremos falando da participação da iniciativa privada nesses investimentos, nessas obras, pois quase todas as nossas rodovias federais, no estado, vão ser duplicadas. Então, com essa participação, é obvio que nós vamos ter mudanças significativas, e uma delas é a implantação de pedágio em várias rodovias federais.

Além deste investimento, também estamos acompanhando, e já aprovamos na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a realização de uma audiência pública para discutir a situação da BR-282 no oeste do estado, mais precisamente de Chapecó até São Miguel do Oeste. Mas também estamos tendo importantes anúncios, nestes últimos dias, como o DNIT, que está anunciando o investimento de R\$ 56,5 milhões nas BRs-282, 158, 163, e também parte da 480.

Então, são investimentos anunciados, nós, por enquanto, entendemos e vamos manter a audiência pública, a não ser que tenhamos nos próximos dias uma ação que dê resposta ao apelo da sociedade regional, das entidades, justamente porque a BR-282, em alguns trajetos, está quase em calamidade pública, principalmente próximo ao município de Pinhalzinho, onde há um grande apelo da sociedade, uma reclamação muito grande.

Nós já levamos isso ao DNIT por vários momentos. É claro que tivemos um problema sério de abandono de algumas empresas. E agora, outra empresa, a LCM, executará a reforma de grande parte desse trajeto. Esperamos que não aconteça o que já aconteceu em outros momentos quando as empresas abandonaram a obra depois de ganharem a licitação. Nós já denunciávamos aqui por várias vezes essa conduta em que as empresas ganham as licitações e depois não cumprem a sua função, deixando o governo sem realizar essas obras de infraestrutura.

Quero aproveitar também para falar sobre a audiência pública realizada, ontem, aqui, no auditório Antonieta de Barros, no qual participaram trabalhadores e trabalhadoras, discutindo o Projeto n. 4.330, da terceirização, e agora o PLC n. 30/2015, do Senado Federal. Tivemos a presença do senador Paulo Paim, presidente da comissão de Direitos Humanos, debatendo esse tema em Santa Catarina. Foi um dia importante que trouxe mais elementos no sentido de corrigir uma situação que já vínhamos denunciando na Câmara dos Deputados. Essa questão não foi debatida com a sociedade, não veio para os estados, não houve consulta das entidades, das organizações dos trabalhadores brasileiros.

Nós temos uma posição clara sobre isso e queremos deixar registrado que não é de forma alguma uma posição contrária aos empresários, é uma posição pelo desenvolvimento do Brasil, uma posição que defende a economia brasileira. Quando discutimos, nesta Casa, a construção do piso mínimo catarinense, sempre dizíamos: Quando o trabalhador tem uma renda melhor, um poder

aquisitivo melhor, é respeitado e valorizado na sua empresa, e consegue-se trabalhar uma relação justa de empregado e empregador, com certeza toda a sociedade ganha.

Nós quebramos um mito no país, porque antes, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, dizia-se que não se podia aumentar o salário porque ia quebrar a Previdência e os empresários. Naquela época o Brasil estava andado de ré, quebrou por vários momentos, porque a população não tinha poder aquisitivo. E isso gerava cada vez mais desemprego e miséria. Mesmo não sendo ainda o salário mínimo que precisamos no Brasil, em janeiro chegamos ao melhor poder aquisitivo em 53 anos no país. E precisamos continuar nesse ritmo.

Por isso, falava ontem que o Brasil não precisa desse projeto da terceirização, precisamos é garantir uma qualidade digna aos trabalhadores terceirizados neste país, que são em torno de 12 milhões, inclusive muitos deles estão em situação de escravidão. E em Santa Catarina houve denúncias nesse sentido, ontem, feitas pelo próprio ministério do Trabalho, pelos fiscais do trabalho.

Então, dizer que o Projeto de Lei n. 4.330 vem regulamentar a terceirização é outra grande mentira que se prega para convencer os trabalhadores catarinenses a apoiar essa iniciativa. Vamos debater até a última instância essa questão da terceirização, pois entendemos que o Brasil precisa dar uma condição digna a esses mais de 12 milhões de terceirizados e não discutir a terceirização dos demais trabalhadores que hoje são diretamente contratados por suas empresas, e especialmente somos contra a terceirização no serviço público, porque esses servidores em alguns casos chegam a ganhar 70% a menos que os demais trabalhadores.

Então, por isso, ontem, quero falar do peso, da importância dessa audiência pública, quero cumprimentar e parabenizar todas as entidades sindicais que estiveram presentes nesta audiência, a CUT, a Nova Central Sindical, a CGT, as três principalmente que mobilizaram mais pessoas, mas também parabeno as demais centrais sindicais que

estiveram presentes. Desejo força nessa caminhada, vamos estar intransigente junto a essa luta contra a terceirização no nosso país.

Nós precisamos continuar crescendo, distribuindo renda e uma das melhores formas da distribuição de renda no país, é continuar criando justiça com o trabalhador, pagando uma remuneração melhor para o trabalhador, para que compre um novo calçado, para que o comércio continue vendendo, a indústria poder produzir e gerar novos empregos, e o próprio estado ganhar, arrecadar mais, porque quanto mais se movimenta a economia, mais se ganha, esta é a nossa tese, e vamos defender de forma muito segura, de forma muito firme a perspectiva em construir um Brasil para todos.

Queremos construir especialmente um Brasil que respeite os seus trabalhadores, não queremos mais e mais concentração de renda neste país, nós queremos é construir um país que olhe para o seu trabalhador e veja que ele de fato tem dignidade, queremos um país que possa olhar para um pai de família, para uma mãe que trabalhe e que possam dizer para o seu filho quando chegar à sua casa: meu filho eu estou trabalhando e ganhando dignamente o meu salário. Não queremos um trabalhador mal remunerado, que não é valorizado, que não é respeitado, porque com certeza esse trabalhador não ajuda a construir uma grande empresa ou um grande país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sociedade que está prestigiando na tarde de hoje o Parlamento de Santa Catarina. Eu quero fazer algumas considerações que entendo são importantes para a região sul de Santa Catarina.

Nós que já estamos no segundo mandato e com muita unidade da nossa bancada do sul, trabalhando com o objetivo para construir a qualidade de vida do povo, é por isto que lutamos no dia a dia aqui neste Parlamento.

Eu quero dizer que lutei 15 anos para a implantação de obras, e para o desenvolvimento da Serra do Faxinal, Cidade dos Canyons, Itaimbezinho, que eu considero a maior beleza natural do mundo, a obra foi aprovada no governo do Luiz Henrique da Silveira, foi encaminhada a obra, mas uma procuradora pública federal entrou com um processo, que todo mundo já conhece como o "processo da perereca".

A obra parou, levou quatro anos para se reverter o processo, a obra na época custaria R\$ 27 milhões, mas agora vai ser custeada em R\$ 64 milhões. E quem vai pagar a conta? A sociedade de novo, o povo novamente!

Hoje, a continuação da obra vai custar R\$ 64 milhões.

Isso significa ações que brincam com o dinheiro público, que não constroem nada, ao contrário, destroem. E faz oito meses que o presidente do Deinfra, Paulo Meller, deu uma ordem de serviço acompanhado do vice-governador lá em Praia Grande para conclusão da obra. Faz oito meses!

As máquinas estiveram lá, fizeram canteiro de obras e as obras não saíram, ficaram apenas nos canteiros. Então me parece que o extremo sul de Santa Catarina vive um momento muito ruim. Os políticos acabam se machucando, nós que somos da região acabamos desgastados e isso vai acontecendo.

Há um ano outra serra importante, a Serra do Faxinal que liga Praia Grande, Caxias do Sul, Canela e Gramado, é uma obra turística a todo o vapor. E a Serra da Rocinha é o corredor do Mercosul. Ali liga a Serra da Rocinha, Bom Jesus, Vacarias, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina. E falta o quê? A Serra. Foi entregue a ordem de serviço faz um ano. Amanhã lamentavelmente a sociedade vai fechar a serra e

com toda a razão. Um ano sem respostas, um ano sem resultados, e quem levou a ordem de serviço foi a ministra.

A Setep fez um consórcio, assumiu, comprou as máquinas, fez o canteiro e lá está. Em nenhum momento andou, prosperou e o povo cansou, desacreditou. É um lugar que passa muitos caminhões e ônibus e a amanhã vão interditar por tempo indeterminado. Falaram-me que parece que não é apenas um dia, são dois, três dias. É um negócio para mostrar que o povo não está satisfeito, está indignado pela ação que ela representa a eleitoreira, porque vai lá, leva a ordem e depois não acontece nada. Ela representa uma ação eleitoreira.

O Sr. Deputado Patrício Destro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., que também, mesmo morando em Joinville tem uma marquinha de Araranguá e da região. Será uma honra poder ouvi-lo!

O Sr. Deputado Patrício Destro - Deputado Manoel Mota, obrigado pelo seu aparte. Quero parabenizar o seu trabalho e eu sei que o senhor tem lutado muito pelo sul do estado. E eu tive a honra desse final de semana estar em Praia Grande, até porque minha família é de lá.

Meu avô tem 95 anos, é oficial de guerra e graças a Deus está bem de saúde. Ele lutou na Segunda Guerra Mundial, mora em Praia Grande e tive a oportunidade de visitar aquilo que o senhor está falando aqui, que também em minha opinião é um dos maiores patrimônios que a natureza nos deu no planeta e, infelizmente, muitas pessoas deixam de conhecê-lo por causa daquela estrada.

É inadmissível que hoje nós tenhamos um acesso como aquele. E vou lhe falar, meu carro é grande e se não fosse por isso possivelmente eu não teria conseguido subir aquela serra.

E hoje nós perdemos centenas de milhares de turistas que deixam de visitar a região justamente por que não conseguem trafegar por aquela estrada. Tanto as pessoas que vem da Serra Gaúcha quanto às pessoas que estão no nosso litoral. Por exemplo,

grandes companhias, como a CVC poderia fazer tranquilamente um pacote para pegar o turista que vem de Florianópolis, levá-lo para o sul do estado para que ele possa ficar naquelas pousadas. Passar o final de semana com a família, porque nem todo mundo gosta de praia, assim a pessoa pode intercalar praia e conhecer uma beleza como aquela.

E, infelizmente, hoje nós não conseguimos fechar estes pacotes com as grandes agências, porque não temos a possibilidade de estar oferecendo à elas uma estrada decente. E nós sabemos o quanto aquele povo daquela região de Jacinto Machado e Praia Grande esperam por essa obra e ninguém está mais acreditando nas promessas.

Parabéns! Assino embaixo e vou ajudar o senhor a cobrar para a execução dessa obra o quanto antes, porque aí teremos um valor estimado para oferecermos ao turismo naquela região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e incorporo ao meu pronunciamento.

Eu quero dizer que na minha região há mais ou menos 20 anos, nós iniciamos uma campanha na BR-101, em 1993, com uma paralisação das 6h da manhã às 16h na ponte da Cabeçuda. Éramos nós que estávamos lá, começamos uma pressão para buscar o encaminhamento da duplicação e isso me trouxe um prêmio de um processo na Polícia Federal, por causa da referida paralisação.

Depois disso tivemos outra paralisação das 9h às 15h, também na Cabeçuda, outra em Araranguá, em Içará e em vários lugares, sendo que em Palhoça paramos duas vezes, pressionando para buscar esse encaminhamento. Chegamos a reunir um grupo de vereadores, andamos de Osório a Palhoça a pé, foram 348km a pé, não tinha mais lugar para os calos nos dedos, não tinha mais vaga para eles aparecerem.

Foi uma caminhada de 24 dias e fizemos 348km. Para quê? Para buscar a ordem de serviço, para pressionar o governo e tínhamos combinados que quando chegássemos a Palhoça iríamos fechar por tempo indeterminado. E nós tínhamos já pego a

assinatura do Ministério Público, do Poder Judiciário, da associação dos prefeitos, da associação comercial e apenas o Exército não iria.

Mas, ainda o saudoso Luiz Henrique da Silveira, naquela época, o que é que ele fez? Marcou com o ministro do Transporte e o presidente Lula uma reunião na época e isso desestabilizou, pois era tudo o que nós queríamos. Então, chegamos ali, fizemos a manifestação, abrimos e fomos para Brasília. Nessa reunião conseguimos com que naquele ano mesmo fosse entregue a ordem de serviço. Isso faz nada menos, nada mais que 11 ou 12 anos e foi entregue a ordem de serviço.

E aí começamos a mobilizar para que saísse. E o que é que aconteceu? Algumas empresas tocaram bem, outras não. E, hoje, eu confesso que a obra não é de qualidade. E tinha uma empresa que ganhou muitos milhões para fiscalizar. Eu quero saber onde essa empresa estava que não fiscalizou, porque a obra não tem qualidade, ela está se dissolvendo e nem foi concluída.

Então, é esse o trabalho que nós encampamos ao longo desses 32 anos de vida pública, buscando resultados, é isso que o povo espera de um político.

Agora, o que é que aconteceu? Ontem foi feita uma comissão em que estava lá o deputado Cleiton Salvaro, o deputado Valmir Comin, o deputado federal Ronaldo Benedet para fazer uma vistoria na ponte. Foi uma manhã extraordinária porque nós conseguimos falar o que aconteceu. Nessa vistoria da ponte estava o engenheiro do DNIT, o superintendente, estava o engenheiro da empresa e o mesmo assumiu, de viva voz, que até o dia 30 de junho a obra estará pronta.

Então, nós temos essa conclusão para a obra ficar pronta. Vai ser aberto? Não sei, porque eu não sei se vai ser inaugurado primeiro ou não, mas do jeito que esse povo espera, eu não acredito que tenha latão que vai segurar a população depois de ela concluída.

Então, se a presidente Dilma Rousseff quiser vir, terá que se preparar, pois ainda há tempo

para isso. Hoje é dia 10 de junho e temos ainda 30 dias pela frente para fazer essa inauguração.

Hoje fiz algumas perguntas sobre o que vai acontecer com o Morro do Formigão, de Tubarão. E responderam que até o final do próximo mês o túnel estará pronto, mas que a ponte só ficará pronta no final do ano. Este é o Brasil, que faz uma obra para depois fazer a outra, quer dizer, não planeja o que faz.

Ainda temos o compromisso do Morro dos Cavalos. Por isso, travamos uma luta sem limites, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, cujo presidente era o ex-deputado Reno Caramori; incomodamo-nos muito com a Funai - não com os índios, pois eles não têm culpa -, até conseguir a quarta pista, o que melhorou bastante. Mas o compromisso firmado na obra é o túnel.

Então, precisamos seguir as etapas. Primeiro temos que ir atrás do projeto de engenharia, que ainda não existe, não foi concluído. Agora, de uma forma ou de outra há um ganho real. As empresas que estão se instalando na região sul terão como transportar sua produção, como fazer seu escoamento através da BR-101. Isso faz com que a população tenha coragem de investir na região.

Por isso temos hoje um dos melhores portos e um dos mais seguros de Santa Catarina que é o porto de Imbituba, que hoje tem seu movimento triplicado. Então, com o porto de Imbituba, com o aeroporto de Jaguaruna, que hoje é uma realidade e a BR-101 temos um tripé do desenvolvimento.

Então, com a unidade dos parlamentares e com esse tripé do desenvolvimento, acho que temos um caminho importante para desenvolver, para levar empresas, para gerar empregos, para gerar melhores rendas e qualidade de vida para o povo.

Acho que este é um momento muito importante e marcante para o sul do estado e não acredito que a população, depois do dia 30 de junho, mesmo que fiquem lá os tambores e não abram a estrada, mas o povo saberá que a obra estará pronta, a empresa garantiu que estará tudo pronto. E esperamos que a partir do dia 30 o tráfego esteja normal, que

desapareçam aquelas filas de 10km ou até de 15km. Quem ganha com isso é Santa Catarina, é a nossa capital, porque o turista passa por ali.

Por isso, quero agradecer todos os parlamentares do sul que estão participando, que estão juntos e não importa o partido político, mas estão todos trabalhando pelo sul para desenvolver a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, antes de iniciar meu pronunciamento saudar o competente e simpático prefeito de Timbé do Sul, Eclair Alves Coelho, também técnico agrícola como eu e como o Thiago. Registro também a presença do Antônio Tiago da Silva, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas e do nosso vereador que está acompanhando o prefeito.

Sr. presidente, eu desejo, neste momento, fazer algumas considerações a respeito da matéria que tomou conta de todas as capas dos jornais do Brasil, no dia de hoje. Não poderia ser diferente, também no jornal de Santa Catarina que diz respeito ao pacote de concessões que o governo federal vai lançar no dia de hoje, deputado Neodi Saretta.

Deputado Padre Pedro Baldissera, inicio as minhas palavras afirmando que algumas vezes das nossas vidas melhor do que acertar é reconhecer que errou. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que o Partido dos Trabalhadores nacional ao lançar esse pacote de concessões ele demonstra que evoluiu, que avançou e que se modernizou, porque um pacote de concessões, ou privatizações, há 10

anos, 12 anos, 15 anos atrás era algo abominável, para o Partido dos Trabalhadores.

Deputado Dalmo Claro, era algo que os Partido dos Trabalhadores, não aceitava, não admitia, não apoiava. Em Joinville criamos a companhia de água, tiramos da Casan a prerrogativa do abastecimento de água e saneamento da referida, deputado Dalmo Claro. Nós não privatizamos e nem demos concessões, criamos uma empresa municipal pública e quase apanhamos na Câmara de Vereadores de Joinville, que eu presidia naquela época.

Estou feliz deputado Padre Pedro Baldissera, porque o Partido dos Trabalhadores - ao qual tenho amigos com muita honra, como tenho muitos adversários também nesse partido como temos nas nossas carreiras políticas - avança, se moderniza, avança rumo à ideologia do liberalismo, do crescimento, do capitalismo, da liberdade econômica e da possibilidade das pessoas conquistarem seus sonhos.

Dito isso, deputado Dalmo Claro, eu quero dizer que eu apoio, que além desse elogio a essa nova mudança de paradigma, ou até essa mudança ideológica, eu concordo plenamente com o pacote de concessões da presidente Dilma Rousseff. E concordo porque o país não tem recursos para investir em infraestrutura, não tem dinheiro, nem o governo do PT tem dinheiro, nem os governos anteriores que nós fizemos parte.

E na verdade não tem dinheiro por quê? No meu entendimento e ideologicamente, deputado Romildo Titon, eu defendo aquela tese que praticamente todos nós defendemos: cabe ao estado à tarefa de cuidar das atividades essenciais. E talvez aí resida uma pequena divergência com o deputado Cesar Valduga, que eu respeito, mas no meu entendimento o poder público tem que cuidar da educação, da saúde e da segurança do cidadão.

Lamentavelmente, o poder público, independente de partido, não tem feito nem isso. Não tem cumprindo com essa tarefa, porque a educação anda com dificuldades, a segurança no Brasil é lastimável e a saúde está na UTI, deputado Dalmo Claro. É lamentável o que tem acontecido com a

saúde no Brasil. Os pobres, os carentes, os trabalhadores morrendo na fila porque não conseguem consulta com especialista, muito menos um exame e muito menos uma cirurgia.

Então, no meu entendimento, no entendimento de quem tem uma ideologia um pouco mais liberal, que é o meu caso, e de muitos parlamentares aqui, nós entendemos que o estado tem que tratar dessas questões básicas que são a saúde, a segurança e a educação.

Dito isso, sr. presidente, eu também quero fazer menção ao pacote de concessões, alguns chamam de privatização, mas esse pacote é um avanço porque o governo está passando os aeroportos, os portos, as rodovias mal cuidadas em Santa Catarina e no Brasil para a iniciativa privada.

Estão pedagiando rodovias federais em Santa Catarina e no Brasil, isso eu concordo, deputado Cesar Valduga. Por quê?

Porque ideologicamente eu sou contrário ao pedágio, mas operacionalmente, na prática, sou favorável, porque do campo ideológico ao campo prático tem uma distância significativa, um abismo, e não estou aqui a serviço das empresas concessionárias do pedágio! Pagar R\$ 1,80 para transitar na RB-101, de Florianópolis a Joinville duplicada, bem cuidada, vale a pena.

Imagina a BR-101 se a sua manutenção estivesse sendo feita pelo Governo Federal? Seria uma tragédia, como tem sido nas rodovias de muitos municípios de Santa Catarina.

Portanto, eu apenas lamento que as chamadas parcerias público-privadas para os grandes projetos e as sociedades de propósitos específicos para os pequenos projetos não andaram no Brasil. Uma vez que o governo federal está fazendo concessões para a iniciativa privada, que é muito importante, é um avanço ideológico, é uma atitude moderna, é uma atitude liberal, mas precisamos insistir nessas parcerias que se iniciaram na Inglaterra, espalharam-se pelo mundo e no Brasil lamentavelmente não andaram.

Este projeto não vingou, algumas parcerias foram feitas com sucesso em Minas Gerais, onde temos parcerias público-privadas para a construção de hospitais, campo de futebol e até para atividade-meio, setor administrativo e de conservação.

Esta possibilidade, este projeto PPPs é de fundamental importância para o Brasil, talvez não andou porque existe o chamado fundo garantidor e talvez a credibilidade do nosso país careça ainda de alguma credibilidade com o capital internacional e, por isso, as parcerias ainda não andaram. Mas sinceramente eu espero que as PPPs possam, futuramente, ser implantadas com sucesso em Santa Catarina e no Brasil.

Quero também, sr. presidente, fazer menção à necessidade de o governo investir em infraestrutura, geração de energia, sobretudo limpa, sustentável, estradas, rodovias, portos e aeroportos. Por quê?

Porque efetivamente a infraestrutura é que vai dar ao Brasil a competitividade. Nós precisamos tornar o país competitivo diante dos demais países do planeta, porque um país competitivo é aquele que consegue recursos, que consegue condições para atender de maneira eficiente a saúde, a segurança e a educação.

Sr. presidente, eu também não poderia deixar de encerrar as minhas palavras dizendo que este pacote de concessões, as parcerias público-privadas são importantes para o país, pois buscamos, captamos recursos internacionais. Nós não temos disponibilidade de recursos para fazer investimentos de tal monta, mas mais do que isso, as concessões e, muitas vezes, as privatizações e as PPPs, são importantes porque elas trazem benefícios para o cidadão catarinense, para a população brasileira como, por exemplo, no caso da privatização da telefonia. Quanto valia um telefone convencional há dez anos? O valor de um carro.

Hoje é um instrumento efetivamente popularizado. Com a concessão do aeroporto, quem vai ganhar? As pessoas que por lá passam, que

utilizam o aeroporto com mais segurança, com melhores condições físicas.

Então, as concessões, as privatizações e as PPPs, efetivamente, trazem um ganho para o país, mas, sobretudo, um ganho de qualidade de vida para a população catarinense e a brasileira. É exatamente isso que nós buscamos.

E quero dizer que, na verdade, e talvez aí resida alguma divergência com alguns parlamentares, o sistema comunista ou socialista sucumbiu, não deu certo, fracassou. Por quê? Exatamente porque esse sistema castrou aquilo que é de grande importância para o cidadão e o ser humano, que era a possibilidade de o ser humano realizar os seus sonhos, de crescer, de lograr êxito, de empreender, de gerar empregos, de aquecer a economia.

Então, no meu entendimento, esse foi o grande motivo que o sistema socialista sucumbiu no nosso planeta, não deu certo, não foi adiante.

E lá na China? Na China é diferente. Eu estive lá há alguns anos, existe um sistema econômico autoritário, monocrático, político, mas tem um sistema econômico extremamente aberto, onde as pessoas ainda podem empreender e se desenvolver.

Portanto, eu sou um liberal convicto, tenho a plena convicção de que as concessões trazem melhorias para o país e, sobretudo, qualidade de vida para o povo catarinense e para o povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, sr. deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses.

Eu não poderia deixar de comentar esse evento que aconteceu aqui na Assembleia Legislativa, na tarde de ontem, com a presença, também, do senador da República, Paulo Paim, de alguns deputados federais, como Décio Lima e a deputada Geovânia de Sá; e a deputada Ana Paula Lima esteve na articulação deste evento a respeito de um debate importante que está no Congresso Nacional acerca das terceirizações.

O que ficou claro, ontem, na presença de cerca de 700 líderes do estado de Santa Catarina, é o fato de que há uma insatisfação geral com a forma, com aquilo que foi aprovado na Câmara e uma expectativa de que o Senado reveja isso. Mas, junto com isso, ontem, foi citada a questão do fator previdenciário e sobre isso quero tecer alguns comentários.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o fator previdenciário foi um mecanismo perverso instituído há alguns anos na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso e que vem se mantendo até hoje que, na verdade, ele produz uma brutal redução das aposentadorias dos trabalhadores brasileiros.

Esse mecanismo precisa ser revisto, precisa ser extinto. Se novas regras precisam ser estabelecidas, esse debate pode ser estabelecido, mas, certamente, a ânsia que se tem é que este fator previdenciário seja extinto.

Há possibilidade agora de a presidente Dilma Rousseff sancionar uma emenda neste sentido, e uma das medidas provisórias já extinguindo. Assim como se anunciou também que existe um grupo de trabalho, constituído pelo Executivo, para apresentar uma alternativa a isso.

Então, a nossa expectativa é que isso possa se concretizar e esse mecanismo possa ser extinto, uma vez que os trabalhadores que ficam anos trabalhando tenham expectativa de que ao aposentarem-se, seguindo aqueles critérios da média salarial, o valor que dê possa efetivamente ser o valor a ser atribuído a sua aposentadoria.

Por isso, temos essa posição e fazemos um apelo à presidenta Dilma para que não vete o fim

do fator previdenciário e constitua, se for o caso, uma proposta urgente. Se aquela não está perfeita, que mande ao Congresso Nacional uma proposta no sentido de terminar com o fator previdenciário no Brasil.

Queria aproveitar para tecer um comentário sobre um projeto de lei que dei entrada, nesta Casa, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de automóveis plantarem uma árvore para cada novo veículo vendido.

Nós falamos tantas vezes aqui em preservação ambiental e em mecanismos para garantir a salvaguarda do meio ambiente, e também sabemos que os veículos automotores são importantes e estão incorporados à atual realidade, mas deve haver mecanismos de compensação aos problemas que ocasionam a emissão de gases poluentes. Então, estamos propondo, já que os veículos automotores são os maiores responsáveis pela emissão de poluentes, que haja uma compensação através do plantio de árvores, que pode ser em parques, reservas públicas estaduais, federais, até mesmo em terrenos privados. Está aberto um leque de locais possíveis, mas é importante que se faça essa compensação. É mais um projeto para que possamos fomentar o debate da questão ambiental em Santa Catarina, tão importante para a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR e PPS.

Com a palavra o deputado Patrício Destro, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, quero aproveitar este tempo para mostrar a nossa indignação e também dos produtores de eventos na cidade de Joinville.

Realizaríamos em Joinville no final deste mês um grande evento que, aliás, faz parte do calendário regional, o 39º Rodeio Crioulo

Nacional. Infelizmente por causa de uma briga com os fiscais da secretaria municipal de Meio Ambiente, por um entendimento equivocado - não conseguimos entender algumas questões ambientais, e por causa disso uma cidade inteira está sendo prejudicada - o evento pode deixar de acontecer e poderemos estar perdendo a vinda de vários turistas para cá, que já colocam na sua agenda pessoal esse evento que reúne milhares de pessoas.

Em 1986, o ex-prefeito, Wittich Freitag, resolveu tentar resolver um problema que tínhamos na cidade, sr. presidente, porque o Rio Cubatão, corta boa parte do município, e ele também por causa das marés, já que a cidade toda é atingida em época de chuvas, deputado Dalmo Claro, o rio também sofre com isso, e na hora que vai desaguar na Baía da Babitonga, com a maré alta, isso acaba prejudicando a cidade.

E o referido prefeito na época resolveu criar uma vala para eliminar essa água que estava prejudicando os moradores da zona norte da cidade. Em 1986, ele fez esse projeto, abriu uma vala para que a água pudesse escorrer e ajudar a eliminar os problemas das cheias nessa região.

Mas, só que naquela época, em 1986, quando foi autorizada a criação dessa vala, ela passou pelo terreno de alguns moradores, cortou também um terreno onde acontece um rodeio, que já está no 39º Rodeio, o rodeio já acontecia na época, à pessoa que era proprietária do imóvel autorizou, porque entendeu que essa vala iria ajudar a população da região, e ajudar a escoar a água também. De lá para cá isso foi acontecendo sucessivamente, a vala continuou ali nessa área, e agora para surpresa de todos o rodeio não pode acontecer, porque segundo os fiscais da secretaria do Meio Ambiente do município, esta vala é um rio, e como é um rio, teria que haver um afastamento de 30m para o local onde acontece a realização do rodeio.

Mas o local onde acontece o rodeio já existia na época, quando foi autorizada a construção dessa vala. E agora, não vai ser possível ser realizado o rodeio por causa dessa vala e, porque pelo

entendimento dos fiscais pela lei ambiental é um rio.

E para nossa surpresa há 15 dias, o antigo presidente da Seinfra - Secretaria de Infraestrutura Urbana, órgão que construiu essa vala, foi à imprensa e falou: eu era o secretário, essa vala não é um rio, não existia essa vala, eu abri e acompanhei o trabalho, não existe rio ali, essa vala foi criada para ajudar o escoamento das águas do rio Cubatão.

Mas essa declaração não foi suficiente, porque a obra continua embargada, não é possível realizar a 39ª edição do rodeio, deputado Dalmo Claro, que reúne famílias do estado todo, vem muita gente do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul. É um dos maiores rodeios do sul do país, está consolidado na cidade e faz parte inclusive do calendário municipal com uma lei que diz que este evento faz parte do calendário da cidade.

Por causa desse entendimento errado, não vamos conseguir realizar, infelizmente, o rodeio. Até tem tempo ainda, começou agora uma briga na justiça para se provar que essa vala não é um rio, mesmo com declarações do criador da vala, que neste caso não foi Deus, foi um homem que em 1986 pegou a sua máquina e cavou, e mesmo provando que essa vala não é um rio, ainda assim a obra está embargada, sendo que a cidade toda vai perder com a não realização desse rodeio.

E apenas para se ter uma ideia, eu trabalhei um bom tempo na rede hoteleira, participei e sei da importância desse evento, porque durante os dias que acontece o rodeio, deputado Dalmo Claro, a rede hoteleira fica completamente lotada.

Para a cidade de Joinville isto também é importante, e mais importante ainda para o setor hoteleiro, porque traz famílias para a cidade, o shopping fica lotado, as pessoas gastam, as pessoas ficam hospedadas, quem não traz a sua barraca fica hospedado em hotéis, e agora tudo fica prejudicado devido a uma disputa até que seja provado que essa vala não é um rio.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. presidente e deputado Patrício Destro, para quem conhece a região de Joinville, sabe que esta cidade é uma planície costeira, de terrenos varzeanos, extremamente úmidos, é muito comum se ter valas, elas mudam de trajetória conforme o decorrer dos anos e pela própria natureza.

A maior parte dessas valas foram realmente abertas pelo homem, há 100, 50 ou 10 anos. Mas, eu diria, deputado Patrício Destro, que independente de ter sido aberta como vala ou não, ela é na prática uma vala, que em dias não chuvosos com frequência nem corre água significativa, se exigir que tenha um recuo como se um rio fosse esse pequeno fio d'água, e que provavelmente já é testemunhado pela autoridade pública que é uma vala aberta, exigir o cumprimento de uma legislação florestal de afastamento de um rio para esse mínimo e ridículo curso d'água, eu acho que é realmente um exagero do órgão fiscalizador.

Joinville se, hoje, fosse fundada com as leis atuais que nós temos seria impossível imaginar que a cidade teria sido construída naquele local. Primeiro porque ela foi feita numa área de mangue, ela está quase na altura do mar, tanto é que nós sofremos constantemente com a questão das enchentes por causa da força da maré.

Em Joinville você pode chegar lá no mês de janeiro sem cair uma gota d'água na cidade e você pode encontrar, sim, o centro da cidade completamente debaixo d'água só por causa da maré.

No momento em que a maré atinge o centro da cidade a partir de 1,70m o rio pode extravasar e encher o centro da cidade e alguns bairros também. E quando isso está associado a uma chuva intensa piora ainda mais a situação. Dado a geografia da cidade hoje, possivelmente, Joinville não poderia existir naquele local.

Mas, pior do que isso é você criar uma vala para ajudar uma comunidade, provar que ela é uma vala porque o criador dela vai lá e diz que é uma vala, perder agora um evento como esse que está na 39ª edição que centenas de milhares de pessoas

participam por causa de uma discussão besta e banal - e a cidade inteira vai perder porque nós temos que provar na justiça agora e esperar a decisão, e se a decisão não sair para esta semana ainda vai ser cancelado o evento - a cidade inteira vai ter um prejuízo enorme.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação deputado Patrício Destro.

Na sequência nós temos o Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PDT, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, PP - PSDB.

Com a palavra o deputado líder do governo, Silvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado sr. presidente, srs. deputado, sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

O assunto que me traz à tribuna no dia de hoje faz referência a um tema que na semana passada vim, aqui, a esta tribuna, manifestar entre outras que já fiz no decorrer dos meus mandatos feito esta defesa, a favor das concessões no Brasil, no que diz respeito à infraestrutura, ou seja, nas rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, matriz energética, entre outras.

E tenho que reconhecer no dia de hoje, sr. presidente, o governo na pessoa da presidenta Dilma lançou um novo pacote, um novo modelo das concessões no Brasil. Isso nós estamos defendendo e esperando há muito tempo, porque entendemos que é o instrumento de tornar o Brasil mais competitivo. É retomar o crescimento mesmo que a médio e longo prazo, é um instrumento muito forte que vai oportunizar o desenvolvimento, vai oportunizar o crescimento e a competitividade, na medida em que a infraestrutura seja melhorada para baixar o custo Brasil.

E na manhã de hoje o governo fez o lançamento dessa nova etapa de seu programa de investimento

em logística, que terão investimentos de R\$ 198,4 bilhões, no total, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - o BNDES, podendo financiar de 70% a 90% dos projetos de ferrovias, mas até 70% a taxa será TJLP mais 1,5%. E 20% da infraestrutura, deputado Romildo Titon, no que diz respeito aos investimentos tanto em ferrovias quanto rodovias, portos e aeroportos, o restante dos 20% serão a juro do mercado.

Ou seja, as empresas que vencerem os leilões terão recursos do BNDES na ordem de 70% a 90%, dependendo se serão rodovias ou ferrovias, e 20% eles terão que buscar esses recursos no valor do mercado, juros no valor de mercado.

Mas, de qualquer modo, em que pese, mesmo que esses valores representam valores lá de 2003, ou seja, esses R\$ 998,4 bilhões, mas é uma tomada de iniciativa que irá beneficiar a todos nós brasileiros.

Não há como o Brasil crescer e se desenvolver se não pelo empreendedorismo, pela nossa indústria, pelo nosso comércio, pela nossa prestação de serviço, mas principalmente a indústria transformadora que perdeu esse espaço nos últimos anos por políticas, no meu modo de entender e avaliar, uma política de consumo, de que o dinheiro que veio para o Brasil e que o produziu não foi colocado em política de investimentos, em programas de investimentos, e este dinheiro se esgotou. Os bancos públicos não têm dinheiro no momento para fazer frente a essa grande demanda por conta dessa decisão de uma política, no meu modo de ver, que a bolha acabou de explodir.

No entanto, repito, temos que reconhecer que estes investimentos em logísticas, sendo R\$ 86,4 bilhões em ferrovias; R\$ 66,1 bilhões rodovias; R\$ 37,5 bilhões em portos; e R\$ 8,5 bilhões em aeroportos de recursos que serão investidos num total de R\$ 198 bilhões.

Também, quero destacar entre os investimentos para 2015, 2016 e 2017. Em 2015 serão cinco leilões representando R\$ 19,6 bilhões; em 2016 serão 11 leilões representando R\$ 31 bilhões. As

nossas rodovias em Santa Catarina, que serão colocadas a leilão, sendo o primeiro leilão para a concessão da BR-470, a BR-282 numa extensão de 455km no valor aproximado de R\$ 3,2 bilhões; ainda em Santa Catarina também a BR-280 numa extensão total de 307km com investimento total de R\$ 2,1 bilhões.

Ainda na BR-101, no trecho de Santa Catarina, 220 km num investimento estimado R\$ 1,1 bilhão com o objetivo de ampliar a capacidade de melhorar a segurança da via. Também, ainda afetando Santa Catarina na BR-116 que compreende Santa Catarina e Paraná a duplicação com um investimento estimado de R\$ 2,5 bilhões. Outro trecho da BR-101, das BRs-376 e 116, apenas a faixa adicional, mas que contempla na ordem de aproximadamente R\$ 1 bilhão.

É importante ressaltar que depois de muitos apelos, não só deste deputado, mas de muitos colegas aqui da Assembleia Legislativa, como também de nossos colegas deputados federais, o próprio governo do estado se empenhou muito para dar uma solução ao nosso aeroporto Hercílio Luz em Santa Catarina.

Deputado Valmir Comin, v.exa. também participou de vários debates e de vários apelos para que o nosso aeroporto Hercílio Luz, de Florianópolis, tenha a mínima condição de oferecer o que é necessário a um usuário, a um passageiro. Coisa que hoje, lamentavelmente, temos uma dificuldade enorme, por ser um aeroporto internacional e com uma frequência grande de passageiros, que redundou em 2014 na ordem de 3,6 milhões de passageiros.

Portanto estamos falando aqui de um número elevadíssimo para um aeroporto que não tem as mínimas condições para oferecer ao seu usuário, àquele que chega a Florianópolis ou que embarca daqui para outros estados e países. O principal investimento será feito no terminal de passageiros e no pátio, com uma previsão de investimentos de R\$ 1,1 bilhão.

E ainda bem que o governo federal tomou essa decisão, depois de muitos apelos, como falei, para fazer com que nosso aeroporto se torne mais

humanizado e que ofereça o mínimo de conforto aos passageiros que aqui chegam. Portanto, é um aeroporto que além de ser o terceiro maior do sul do Brasil, está entre um dos maiores em número de passageiros em todo o Brasil.

Aliado a isso foi lançado o programa de investimentos em ferrovias, mas no caso de Santa Catarina nesta etapa ainda não está contemplado o que a tanto estamos aspirando, desejando, reivindicando, que é a nossa contemplação do oeste catarinense com os nossos portos catarinenses para o escoamento da produção gerada no grande oeste catarinense.

E mais que isso, importante ressaltar que se houver a ligação do sistema ferroviário do centro oeste brasileiro, passando pelo Paraná e vindo a Santa Catarina, já teremos um ganho, porque a nossa matéria-prima, os insumos produzidos no centro oeste brasileiro e que hoje são transportados pelo sistema rodoviário com um custo elevado, fazendo com que os nossos empreendedores, principalmente do grande oeste e do meio-oeste já estejam pensando em fazer suas empresas mais próximas de onde há produção, onde se forma a aração como um todo, que é o milho, a soja.

Portanto, certamente que se houver esta contemplação já será um avanço, pois vai amenizar o grande custo que as nossas empresas têm e, como disse, as tornam pouco competitivas no mercado.

Então, hoje vamos reconhecer esta decisão do governo e, que quero crer, tenho certeza de que na medida em que avançar, todos nós brasileiros, ganharemos com esta decisão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Srs. deputados e sras. deputadas, faltam sete minutos para o horário regimental da Ordem do Dia, 16h, portanto, esta Presidência faz um apelo aos srs. deputados que estão em seus gabinetes, porque temos alguns vetos para serem apreciados.

Neste momento, esta Presidência suspenderá a presente sessão, até às 16h, dentro do horário regimental, para que possamos apreciar as diferentes matérias que constam da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Está suspensa a sessão até às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0059/2015.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação em bloco das redações finais dos Projetos de Leis ns.: 0153/2015, 0176/2015, 0310/2015 e 0324/2015.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

As mensagens de veto serão deixadas para o final da pauta, se o quórum melhorar.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0006/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direto do Aquífero Guarani.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e a de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em segundo turno o PL n. 0006/2015.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0202/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 10.094, de 1996, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Maravilha.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2014, de origem governamental, que altera a Lei Complementar n. 188, de 1999, e a Lei Complementar n. 391, de 2007, que institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2015, de procedência da Mesa Diretora, que altera a Resolução n. 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Alesc, e a Resolução

n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar n. 642, de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos, e dispor sobre a Comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e um voto "não".

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0096/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que institui o Dia Estadual de Incentivo à Redução de Consumo, Reuso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0126/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes, a ser enviado ao governador do estado e demais autoridades, solicitando informações acerca das solicitações de

reforma ou consertos, efetivadas ao longo dos últimos cinco anos, por escolas públicas estaduais dos municípios das secretarias de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e Brusque.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passo a condução dos trabalhos ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Pedido de Informação n. 0127/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura, referente ao projeto de pavimentação da rodovia SC-408, trecho que liga os municípios de Major Gercino e Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0128/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Educação, acerca da construção dos muros e demais medidas de segurança do colégio estadual Belermino Victor Della Vecchia, localizado no município de Ponte Serrada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0071/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Senado Federal e demais autoridades, manifestando contrariedade a todos os projetos que visem alterar ou extinguir o regime vigente de partilha na exploração do petróleo do Pré-Sal e solicitando que sejam retirados de pauta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0540/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderschedt, solicitando a reconstituição do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0541/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Fatma, pedindo informações acerca da atual situação do processo VEG/70307/CRF, referente à rede de distribuição PLA12, da Celesc, localizada no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0542/2015 e 0543/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0544/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0545/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0546/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0547/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0548/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0432/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0433/2015 e 0435/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0434/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0436/2015, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado José Milton Scheffer e demais líderes, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos para que o prefeito municipal de Nova Veneza, sr. Evandro Gava, acompanhado da rainha Carolaine Morelli; e da primeira e segunda princesas Joana Niehues e Vanderléia Begnini, possa discorrer na tribuna sobre o Carnaval de Nova Veneza e a XI Festa da Gastronomia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, da Câmara de Vereadores Mirim de Blumenau, que estão participando desta sessão, na tarde de hoje, e os acompanha o responsável sr. Diogo Leonardo Roedel de Souza, que é o assessor do programa. Sejam todos bem-vindos e se sintam bem no nosso meio neste Parlamento.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do sr. deputado Antônio Aguiar, com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Quero saudar de uma forma muito carinhosa também a equipe de Nova Veneza em nome do prefeito Evandro Gava. Saúdo a Câmara de Vereadores Mirim de Blumenau obrigado pela presença.

Cumprimento também os jovens do Juventude PSDB aqui de Florianópolis, o Vinícius Ávila Machado Soares, Jonathan Muniz Andrade e Maicon da Costa. Assim saúdo em nome dos senhores que citei, saudamos a todos os catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, bem como aqueles que estão aqui nas galerias desta Casa.

Sr. presidente, eu quero neste momento me ater a situação que hoje a economia brasileira passa, infelizmente todos os efeitos tóxicos de um governo que nos últimos anos vem oprimindo, todas as iniciativas a base de juros altos e inflação, enfim de um conjunto de medidas ruins que precisaram tomar para compensar os equívocos cometidos anteriormente.

Os desequilíbrios são de variadas ordens e vitimam uma produção cada vez mais e especialmente o emprego. Os remédios administrados pela atual presidente e sua equipe nesse segundo mandato já conseguiram congelar a atividade produtiva, deprimir o mercado de trabalho e desestimular tanto os investimentos quanto o consumo. Só não lograram êxito em tourear a inflação e reavivar a confiança na recuperação do país.

Na semana passada mais uma dose de veneno forte a equipe da presidente injetou na economia. O Banco Central determinou mais uma alta na taxa básica de juros que foi a sexta consecutiva agora atingindo 13,75%. Ninguém acredita que pare por aí, consolidando o Brasil na condição de país que pratica as mais altas taxas de juros do mundo. Não é o Banco Central que está errando, em persistir nessa anomalia, é a economia brasileira que levada pela mão deste governo se embrenhou num beco sem

saída em que a produção cai, o desemprego aumenta e a inflação não cede.

Trata-se de um modelo econômico proveta, imaginado por este governo que tornou o Brasil caso quase ímpar no mundo. Os efeitos nefastos do arrocho estão visíveis por toda a parte. No mesmo dia em que o Banco Central decidiu aumentar a taxa Selic, o IBGE revelou que o desemprego continua sua marcha batida ascendente, medida no trimestre terminado em abril a taxa média foi de 8%, a mais alta desde 2012.

E, lamentavelmente, o governo tomou agora uma medida certamente a contra gosto de uma porção de teorias que o próprio PT sempre foi contrário. Lembro que de 1994 à 2004 quando fui deputado federal e que no então governo Fernando Henrique, de 1995 à 2002, usavam uma frase repetidamente que muitas vezes os brasileiros se acham donos de empresas brasileiras, mas na verdade são donos da dívida, são donos do financiamento, mas nunca tem nenhuma benesse especial por serem donos daquela empresa pública.

E todos pagam tributos em benefício de uma executiva. E nesses 13 anos o PT praticamente se esvaiu, beneficiou-se das fórmulas feitas pelo Fernando Henrique.

E que após 13 anos tentando fazer o contrário, não apenas assumiu e não apagou nada do que o Fernando Henrique fez. Mas, não avançou, não continuou fazendo.

Esse plano que o governo, a presidente Dilma, lança hoje de R\$ 198 bilhões em concessões, em outras palavras em privatizações. Mas, o que adianta o governo ser dono de estradas, de aeroportos, de portos, de ferrovias, se não tem, se há tanto tempo tenta fazer, houve a necessidade. Certamente o Poder Executivo, o governo viaja mais do que nós, vê como o mundo anda ali fora e a maioria dos países latinos americanos estão melhores do que nós sem comparar com os países europeus. Como é que lá eles têm estradas, ferrovias, aeroportos e portos e nós não temos? Não temos, meramente porque o nosso modelo econômico nos impede que se tenha, porque o

governo quer fazer e ele não dispõe de recursos para executar.

E, hoje, lançou esse plano que em minha opinião ainda é pequeno, são R\$ 198 bilhões divididos em R\$ 66 bilhões em rodovias; R\$ 86 bilhões em ferrovias; R\$ 8,5 milhões em aeroportos; e R\$ 37 milhões em portos. Naturalmente que a necessidade do Brasil é muito maior do que isso e esses investimentos que advém da própria sociedade.

O presidente do BNDES, o Luciano Coutinho, já disse que tem dinheiro. É claro que tem o dinheiro. O Levy tem o dinheiro. Mas quem é que tem esse dinheiro? A sociedade, a iniciativa privada.

E quem investir nessa área, seguramente, vai ter lucros como tem aqueles que investem em fábricas de roupas, em produção de alimentos, em tantos setores, enfim nós temos a iniciativa privada que investe, ganha dinheiro e paga tributos. E com esse tributo o governo faz a sua parte social.

Então, seguramente, o tamanho das concessões que o Brasil precisa é maior do que os R\$ 198 bilhões que hoje a presidente Dilma lança. Vem tarde, experimentou 13 anos caminhando sobre aquela teoria de que o governo deveria ser o dono de tudo. Dizer para os brasileiros que você é o dono da Petrobrás, que se arrebitou; você é dono disso que não te dá lucro; você é dono daquilo que serve para os diretores, para algumas pessoas se beneficiarem, mas a sociedade como um todo não tem nenhum benefício.

Por isso, que de certa maneira aquilo que o partido da atual presidente durante muito tempo, praticamente demonizava como sendo uma ação liberal dos tucanos e dos partidos que apoiavam na época contra o sistema de concessões, contra as chamadas privatizações. E, hoje, depois de muito tempo, enfim se convenceu e lança um plano relativamente pequeno ainda pelo tamanho do Brasil, pelo tamanho da necessidade que nós temos. Inclusive, pequeno pelo volume de recursos que o Brasil tem, pois aqui circula mais de um trilhão

de reais e que grande parte, certamente 30% a 40% disso pode-se dispor para fazer investimentos, especialmente, em infraestrutura.

E, assim como a telefonia se desenvolveu; assim como nós melhoramos muito na produção de energia elétrica, eu tenho a certeza de que com essas concessões vamos melhorar muitos portos, aeroportos, as ferrovias, as nossas rodovias, que infelizmente é um conjunto de buracos que temos ali e que como em outros países já é melhor, aqui não está não é porque a nossa iniciativa é ruim, é porque a legislação brasileira impedia que fizesse. E esperamos que esse plano de concessões seja um passo inicial para muitas outras e para dar continuidade àquilo que Luiz Henrique começou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores. Quero, inicialmente, quero saudar o prefeito de Pescaria Brava, sr. Antônio Honorato, que vem com sua comitiva perante os órgãos de governo, gestionar, evidentemente, investimentos para aquele município.

Aliás, o tema que ora abordo perante essa tribuna é com relação à ponte Anita Garibaldi, que tivemos o privilégio na manhã de ontem, juntamente com os deputados Ronaldo Benedet, Manoel Mota, Cleiton Salvaro e demais lideranças fazer uma vistoria naquela magnífica obra. E falava ainda pouco o prefeito Antônio Honorato com relação à questão do ISS, pois a ponte Anita Garibaldi interliga o município de Laguna ao município de Pescaria Brava.

É verdade que a proporção é menor na parte de Pescaria Brava, mas é justo que se busque, dentro de uma forma amigável, em caso extremo até na Justiça, a reparação desses benefícios dos

impostos oriundos da construção daquela ponte, que é uma monta significativa.

Afinal de contas estamos falando de R\$ 597 milhões de investimento, que, aliás, não sei por que, passaram despercebidos no processo as medidas compensatórias com relação à questão da ponte, que acabaram indo para o planalto serrano, enquanto poderia ter sido utilizado como via alternativa nos bloqueios da BR-101, ao acesso de Pescaria Brava, passando por Imaruí, integrando novamente à BR-101, como forma de escoamento, dando segurança jurídica e ao mesmo tempo potencializando uma região que carece de investimentos, de infraestrutura. Para que possa os investidores ter certeza de poderem prospectar seus negócios e estabelecer uma economia forte, pujante naquele município.

Eu tive o privilégio de por três vezes consecutivas, duas vezes por intermédio do Parlamento desta Casa e capitaneado inclusive pelo deputado Padre Pedro Baldissera, que presidia até a pouco esta sessão e pela comissão de Transportes, quando fazemos a vistoria no início, depois no meio da execução obra e agora no final. Realmente é uma obra de encher os olhos. Sempre digo que a crítica precisa ser feita quando o propósito é construtivo, mas quando há investimentos de uma monta magnífica e que representa na essência o sentimento da sociedade, precisa ser enaltecida.

Foi um investimento de R\$ 597 milhões não é para qualquer obra. É uma obra singular, de caráter único no país, talvez até fora do Brasil, porque é uma ponte estaiada, com vão central e de uma dimensão fantástica. Para que todos tenham uma ideia, a prospecção quando da sondagem e do estaqueamento teve sapatas que chegaram a 70m de profundidade, porque ali neste vão central existe uma falha geológica, a exemplo da ponte Hercílio Luz, que chega a 63m ou 69m, e precisam buscar o estaqueamento numa base sólida e chegaram na rocha a 70m de profundidade. E aquele pilar tem 2m de diâmetro.

Estava observando porque quando passamos hoje pelo acesso normal e atual, percebemos que os estaios parecem ser finos, mas em cada cabo daquele estão trançados 70 cabos de 5/8. E eu fazia uma conta muito rápida, e modéstia parte em termos de cálculo tenho raciocínio rápido, e observava que aquele vão central representa aproximadamente 13 mil toneladas de material, o que significa, basicamente, 250 carretas carregadas em cima de uma ponte, que estão seguras por estes estaios, por essa parte estaiada.

Então, realmente um investimento grande de uma beleza natural que a providência divina nos concedeu imensurável.

Não acho justo que o DNIT impute a responsabilidade da cobrança da TIP na égide do município, infelizmente a legislação diz que o município tem que pagar a iluminação, quando nós entendemos que essa é uma estrada não de caráter municipal, estadual e regional, ela tem caráter do Mercosul, ela transcende as fronteiras. E esse visual, essa despesa precisa ser diluída, evidentemente quem vai pagar é o consumidor.

Eu não tenho dúvida que logo nós vamos ter o pedagiamento. Aliás, sempre defendi desde o meu primeiro momento que aqui estive e estou pelo quinto mandato consecutivo, as PPPs, as parcerias públicas privadas, mas dentro de um respeito lógico, prático, objetivo, onde o poder público possa promover a segurança jurídica, porque investidores não faltam para se estabelecerem nesse imenso Brasil de solo fértil, de belezas naturais imensuráveis, de recursos minerais imensuráveis e muitos ainda a serem explorados e detectados através de pesquisas, mas só vem se estabelecer a partir do momento que tiver segurança jurídica.

Remeto-me há 1982, quando fazíamos um comparativo do PIB da China e o PIB do Brasil, onde eram idênticos e a partir da Constituição de 1988, engessamos o Brasil. essa é a grande verdade. Enquanto que a China abriu as fronteiras, o PIB lá hoje cresce de 8% a 10%, e nós vamos

fechar o ano talvez com déficit negativo. Veja o quanto deixamos de crescer e de prosperar.

Muitas pessoas falam, eu visualizava a questão do investimento do Eike Batista aqui em Biguaçu, evidente que temos que respeitar as questões ambientais, isso precisa ser considerado, mas concomitante a isso, nós precisamos fazer com que haja segurança jurídica, para que não haja impedimento de investimentos no nosso estado. Existem várias maneiras compensatórias, aqui não foi possível, mas, no entanto está gerando cinco mil empregos diretos no Rio de Janeiro, indiretamente, talvez uma cadeia de 20 mil a 20 mil que remonta talvez uma cidade pequena de médio porte, onde cada cidadão poderia ter um emprego digno.

Então, sr. presidente, essa é a linha de esteira que precisamos adotar. O estado, o ente, municipal, federal, ou estadual não precisa produzir nada. Ele tem que ter agências reguladoras fortes, com poder de fisco e de fomento. Integrar os bancos acadêmicos através da pesquisa, da ciência, da tecnologia e inovação e oportunizar essa condição disponibilizado num banco de dados para que a iniciativa privada possa se estabelecer e prospectar os seus negócios. Essa é a esteira que precisamos dinamizar.

É inadmissível que em 2015, onde em 1960 tínhamos 32.000km de rede ferroviária, reduzimos para 22.000km, era para estar em 130.000km, onde o custo Brasil se estabelece em R\$ 112,00 por quilômetros rodado nos quadrantes deste país. A média nacional no rodoviário é de R\$ 112,00; no ferroviário cai para R\$ 75, na hidrovía vem para R\$ 45,00. Estamos no inverso desse processo, do sistema modal e intermodal, por falta de uma política séria, específica, com propostas específicas, onde proporcione, como eu disse, segurança jurídica.

Os investidores estão aí. Os europeus e os chineses com mais de US\$ 300 bilhões para investir no país. E vai sair na frente quem apresentar condições jurídicas, porque o grande problema é iniciar uma obra, chegar ao meio e mudar a regra

do jogo, ou chegar à habilitação de uma questão ambiental e não ter um termo de referência. Por isso, senhores, é que estamos nessa situação, o mercado de energia não foi concebido R\$ 160,00 por megawatts/hora no Leilão A-5, promovido no ano passado pela Eletrobrás.

No entanto, hoje, está disponibilizando a R\$ 250,00, mas foi pago no mercado Spot a R\$ 800,00 a custo do trabalhador, do pagador de impostos! É muito fácil, senhores, analisem as suas faturas de energia e depois me contestem se estiver mentindo! Falta de planejamento, apenas ideias não bastam, precisa-se de iniciativa, um planejamento de médio e longo prazo em que os investidores possam se estabelecer e prospectar os seus negócios com segurança, com uma margem mínima, mas crescente.

Por essa razão é que muitas vezes faço uso desta tribuna insatisfeito e revoltado com a situação. Aliás, eu acho que todo político deveria ter pelo menos no seu currículo a condição de administrar um carrinho de pipoca para saber quanto custa matar um leão todo dia para fazer o seu negócio prosperar, para manter viva a sua empresa com uma carga tributária exacerbada, quando visualizamos há oito anos 112% de aumento do PIS e COFINS. Quando uma empresa vai conseguir repassar esta demanda para o consumidor, se é o mercado que regula a oferta e a procura?

Realmente, é uma concorrência totalmente desequilibrada e desigual, falta de segurança jurídica.

Nós falamos na Translitorânea, na integração dos portos, na ferrovia Tereza Cristina, na expansão que ia até a Lauro Müller, a Araranguá, passava por Orleans a Treviso. Hoje está em Criciúma e Siderópolis. Quando você chega ao entroncamento da malha ferroviária lá em Araquari muda a bitola dos trilhos, promovendo mais um problema de retrocesso, dificultando, burocratizando o sistema. Temos a Ferroeste, o agronegócio fala tanto na questão da Ferroeste, mas se esquece da Ferrovia do Frango.

Como é que vamos competir trazendo o milho da região centro-oeste do país para abastecer a nossa

avicultura? A produção de suínos, de gado de corte nesse preço através do transporte rodoviário com esse Custo Brasil? É muito difícil! É lamentável, senhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Valmir Comin, efetivamente quem é empresário neste país sabe o quanto dolorido e pesada é a carga tributária e a impossibilidade dos aumentos de impostos e conseguir repassar ao produto, ao consumidor.

Hoje, pela manhã, eu estive falando inclusive sobre a nossa situação parceria público-privada na Associação Catarinense de Engenheiros, onde debatemos durante 2h30 com toda a diretoria falando exatamente sobre isso.

O país está indo para um caminho que não tem mais volta, ou as parcerias público-privadas irão acontecer ou efetivamente este país vai parar.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Parabéns pelo assunto abordado. São assuntos dessa natureza que precisamos debater nesta Casa.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.